

EDITORIAL

PORQUE LUTAM OS SARGENTOS

Por que lutam os sargentos? Para a clarificação da questão importa ter como premissa o facto de muitos aspectos positivos existentes em legislação diversa não ter aplicabilidade na prática, na vida.

Se expressamente é contemplado o direito à progressão na carreira, mas depois se impõem limites de idade e condições de promoção que entopem o desenvolvimento dos quadros, então o direito é simplesmente formal.

Se é contemplado o direito a uma remuneração que atenda à especificidade, mas depois é aplicado um sistema que não só não dá resposta ao contemplado como subverte princípios da instituição, então o direito não é adquirido.

Se é contemplado o princípio da não discriminação, mas os sistemas de avaliação e mérito são inquinados de subjectividade, então o direito é lesado.

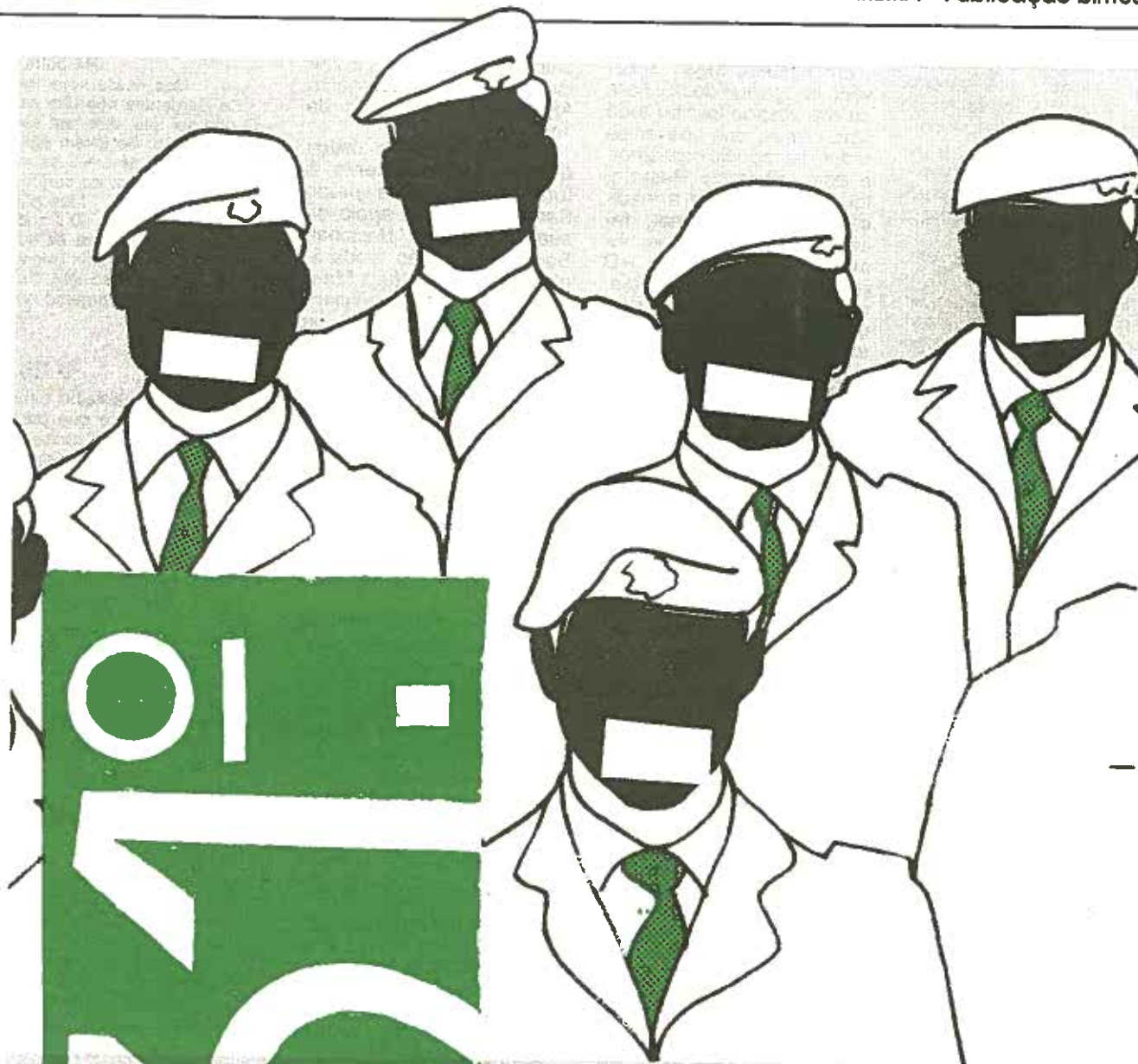
Se são constituídos órgãos como as comissões consultivas, conselho, comissões técnicas e de especialidade, mas não é estimulado o seu funcionamento, não são consideradas as suas propostas e opiniões, então o direito de auscultação e participação é ignorado.

Se uma associação, legalmente constituída, solicita sucessivamente audiências às quais não tem resposta, entrega propostas mas os seus dirigentes são punidos por exercerem as suas funções associativas, então o direito de associação está cerceado.

Se o associativismo militar é uma realidade em todos os países da CEE, mas em Portugal persistem concepções punitivas e fantasmagóricas acerca desta questão, então o momento não chega. Isto num país que vai assumir a presidência da CEE dentro de três meses.

Em vez de avançarem na sua regulamentação, tudo é feito para a sua punição. Em vez de se caminhar no sentido do diálogo e da troca de ideias, tão necessários ao encontrar das melhores soluções perante os grandes desafios que há a

Continua na pág. 2



A repressão está a abater-se sobre alguns sargentos que participaram no Pôr do Sol do dia 4 de Julho. Esses sargentos estão a ser vítimas de medidas punitivas de carácter persecutório, inconstitucionais e já extemporâneas, por terem agido activamente na defesa dos seus direitos e garantias, em particular, e dos militares, em geral. No Grupo n.º 1 de Escolas da Armada já antes tinham sido punidos 11 sargentos e depois foi elaborada uma lista de mais 30 para serem destacados da unidade. Destes, cinco sargentos já foram destacados e outros três estão em vias de o ser também.

Pág. 3

Diz o legislador do Regulamento de Disciplina Militar que «a nenhuma comunidade se exige tanto dos seus componentes como à militar; sacrifício da própria vida e, mais que simples risco de serviço, um dever de soldado (...)». De tão elevadas exigências esperava-se um reconhecimento motivador para o cidadão militar assumir a disciplina como «...um estado de espírito, baseado no civismo e patriotismo, que conduz voluntariamente ao cumprimento individual ou em grupo da missão que cabe às FA's».

Pág. 8

SARGENTOS DETIDOS

Os sargentos do Grupo N.º 1 de Escolas da Armada punidos com detenção disciplinar escreveram ao «Sargento» e incentivam a continuação como sendo a melhor forma de solidariedade.

Pág. 2

ESCALÕES

Foi publicado em Agosto o Decreto-Lei que regula o segundo desbloqueamento de escalões que pretende corrigir algumas distorções existentes nesta matéria.

Pág. 4

O FUNDO...

O Fundo da Administração Central da Marinha vai gerir as receitas dirigidas ao pessoal da Marinha e respectivos agregados familiares.

Pág. 6



PÁRA/COMANDOS

O Ministro da Defesa Nacional anunciou a fusão dos Pára-Quedistas e dos Comandos. Basicamente, pode dizer-se que há duas formas de tratar este problema.

Pág. 7

CORREIO DOS LEITORES

Sargentos detidos!

Camaradas:
Começamos por vos enviar o nosso mais caloroso abraço de solidariedade e de apoio a mais esta iniciativa da classe na defesa dos seus direitos e dignidade. Neste momento, a melhor forma de solidariedade para com os camaradas punidos é a continuação desta gesta que tanto enobrece a classe.

Em boa verdade, a nossa classe está a ser a mãe da dignidade nascente dentro das Forças Armadas e estas punições não são mais do que as dores deste difícil parto.

Ao longo de toda a História verifica-se que os direitos só se adquirem com grande luta. E é esta, primeiro pela conquista dos direitos, depois pela sua defesa, que confere dignidade aos indivíduos e aos grupos sociais. Se ao longo da História da humanidade não tivessem havido homens e mulheres de grande generosidade, elevada consciência ética, moral e cívica, em luta pelos seus direitos próprios e do seu grupo social, certamente, ainda hoje, viveríamos numa sociedade escravagista, numa sociedade em que uns eram amos e outros escravos, em que uns teriam só direitos e outros só deveres.

É nesta perspectiva que se insere a nossa batalha, por Estatutos dignos, por um sistema remuneratório

justo, por um sistema jurídico e disciplinar, na instituição militar, que garanta aos cidadãos militares os direitos e garantias estipulados na Constituição e demais leis da República, pelo cumprimento da lei e pela dignificação das Forças Armadas.

É inconcebível que volvidos 17 anos após o 25 de Abril e sendo Portugal um Estado de Direito, existam ainda cidadãos aos quais não estão garantidos os mais elementares direitos e garantias de defesa. E por isso que a nossa luta só poderá parar quando os nossos problemas estiverem resolvidos e os nossos direitos e garantias constitucionais alcançados. Vale a pena lutar!

Desejamo-vos um muito bom trabalho!

Viva a classe de Sargentos!

Viva a nossa dignidade!

Viva Portugal!

17/6/91
Sargentos detidos
no Grupo n.º 1 de E. Armada

Injustiça

Ex.^{mo} Senhor Director do Jornal «O SARGENTO»

Em primeiro lugar, aproveito a oportunidade, para na sua pessoa felicitar toda uma classe, que apesar de todos os condicionalismos e dos velhos do Restelo, foi capaz de iniciar a reedição do nosso Jornal, fazendo votos para que número após número «O SARGENTO» se prestigie, não só no seio da classe como no exterior, prestigiando-nos.

Mas a principal razão desta minha carta é mostrar a minha estupefacção e indignação perante tão gravosa injustiça que é hoje em dia o NSR e os Decretos-Leis e Despachos Regulamentadores. Correndo o risco de me tornar maçador, não resisto, porém sr. Director, de relatar o meu caso pessoal, o que passo a fazer de imediato.

Quando da aplicação do D.L. 57/90 em 1 de Outubro tinha o signatário mais de 16 anos de Sargento, tendo sido colocado no 3.º Escalão de 1.º Sargento. Isto, porque na altura exercia as funções de instrutor; senão seria colocado no 2.º Escalão, passando a receber um vencimento inferior a muitos camaradas com somente alguns meses de posto, o que, naturalmente, me insatisfez e indignou.

Em 1 de Janeiro de 90 fui promovido ao posto imediato e como em 1 de Julho do mesmo ano se procedeu ao desbloqueamento dos 2 escalões após a integração, fiquei a receber menor vencimento que aquele que receberia se não tivesse sido promovido, situação que não lembraria nem ao Diabo, quanto mais a Maquiavel. Aliás, não creio que estas figuras do mal e das situações mais tortuosas, fossem tão longe.

Com a aplicação do Despacho n.º 39/MDN/91, a si-

tução de injustiça em que me encontrava é reposta, passando para o 4.º Escalão do posto de Sargento Ajudante a partir de 1 de Julho de 1990.

Esta reposição de justiça deve-se exclusivamente à luta desenvolvida pelos Sargentos com o apoio da sua Associação Nacional. Sem a sua acção, nada tinha sido alterado. Mas, pasme-se! Como o referido despacho é limitado no tempo, só foi aplicado a quem foi promovido entre 1 de Outubro de 89 e 1 de Julho de 90, não abrangendo quem já era Sargento Ajudante em Outubro 89 pelo que, o signatário, passou a receber maior vencimento que estes seus camaradas, apesar de ter menos anos de permanência no posto e de serviço efectivo. Que injustiça.

É necessário e urgente que o governo deste país, ganhe consciência desta situação injusta, e como teima em não ouvir a nossa ANS, sinto-me na obrigação de tornar pública a minha estupefacção. Claro está, se o sr. Director e meu querido camarada assim o entenda como útil e importante para a causa da DIGNIFICAÇÃO da nossa classe.

Sem mais de momento, despeço-me enviando a todos os que trabalham para o engrandecimento do nosso Jornal, um abraço enorme, tão grande quanto a nossa dignidade.

Escalões

Concordo que este último diploma (2.º desbloqueamento) sobre a estrutura remuneratória veio corrigir muitas injustiças criadas com o 57/90 e outros.

No entanto, ainda há muito mais por corrigir.

Eu, na integração inicial, fui colocado no 3.º escalão do meu posto, porque tinha cinco diuturnidades (máximo).

Os SAJU que não as tinham foram, uns para o 1.º escalão, outros para o 2.º, como é de ver.

Agora, segundo me parece, todos irão para o 1.º escalão (210), anulando-se assim o tempo de serviço prestado para efeitos das «antigas» diuturnidades.

Entendo que os mais antigos poderiam auferir, por direitos anteriormente adquiridos (mais diuturnidades), a diferença correspondente ao tempo de serviço.

Um SAJU

SARGENTO NÃO ENTROU PARA A C.E.E.

O primeiro Sargento não entrou para a CEE!
O segundo também não!
Os outros Sargentos também não entraram,
Mesmo que pensem o contrário.
Perguntei na loja do Zé Caixa, do meu bairro,
Que não, do bairro ninguém entrou para a CEE.
A Rosa, não a flor, mas a que trabalha na fábrica das salsichas,
Perguntei-lhe! Que não. Gostava muito mas também não.
A rosa, a flor, dizem que entrou.
Que entrou na lapela de um europeu deputado.
Mas, coitada, não a regaram e murchou.
No campo disputava os cheiros com o rosmaninho e a cor com a papoila.
Mas agora cheira a fumo de tabaco e está desbotada pelo Néon.
A sua textura parecia a pele da Rosa, a da fábrica,
Mas agora está enrugada, parece a cara da velha Maia.

A porta da CEE, é um funil!
Mas virado ao contrário.
Só passam os que descobrem o buraco de saída.
Há outra porta pr'a CEE!
Mas nessa só entram com cartão do governo.
Os Sargentos não têm cartão, só têm diploma de encarte.
O não sei quê, que tem sete nomes, um de e um da, entrou,
Tinha cartão. De jovem agricultor, empresário ou não sei quê?
O pai dele já lá devia estar. Já tinha carro, casas e amantes.
O jovem filho, do cartão, também já comprou isso tudo,
Mas não semeia nada.
Diz que já é Europeu.
O Sargento foi para os europeus navios, americanos aviões
E C.E. europeia brigada de tanques ou lá o que é.
Mas da CEE só tem, todos os meses, o I.R.S. a pagar.
O Sargento não entrou para a CEE.

DÁ VIDA

O ESPANTALHO

O espantalho está na horta do ti Policarpo
Quer-se que para espantar a passarada,
Por causa da fruta e do milho.
Quando era novo tinha um chapéu,
O casaco do casamento do ti Policarpo
E umas calças de ganga.
Era todo pinoca, bem arreado.
Parecia um homem e a passarada mantinha-se arredia.
Depois, com o passar do tempo, o sol comeu o tecido,
A chuva apodreceu o resto e a passarada já não tem respeito.
Até os piscos fizeram ninho numa manga.

O R.D.M. está na militar quinta.
Quer-se, que para guardar a seara da disciplina.
Não tem chapéu nem casaco, mas tem artigos.
Umás vezes, quando está quieto é espantalho
E mantém em respeito o militar pessoal.
Outras, não pára quieto nas mãos do chefe
E, então, é um chicote.

Mas o R.D.M. tem artigos
Que têm de ser filhos da Republicana Constituição.
Mas não são. Estão contra ela.
Por acaso o R.D.M. também é um espantalho!
Também já tem piscos a fazerem ninho na manga
Regulamentar, é claro!
Com tal disciplina e com tais disciplinadores
A seara da disciplina está em perigo.
Os chefes que a usam como regulamentar chicote,
São os corvos que devoram as espigas da disciplina

DÁ VIDA

EDITORIAL

Continuação pág.1

vencer, rumar-se no sentido da intolerância e desprezo pela opinião dos outros.

Feliz a classe, a nossa classe, que continua a ter como princípios a verticalidade, a lealdade, a transparência, a solidariedade,

como valores motores do seu dinamismo.

Neste final de século, no qual o ser humano com maior lucidez exige e quer o direito a participar, os valores da classe na senda da sua gloriosa História, permanecem vivos e plenos de vigor e com toda a confiança acreditamos no seu desabrochar.

O SARGENTO JORNAL BIMESTRAL QUEIRAM CONSIDERAR-ME ASSINANTE PELO PRAZO DE 1 ANO

- ☐ Continente (500\$00)
- ☐ Regiões Autónomas (600\$00)
- ☐ Europa (700\$00)
- ☐ Macau (800\$00)
- ☐ Guiné, Angola e Moçambique (800\$00)
- ☐ Outros Países (800\$00)

Forma de pagamento: ☐ Cheque ☐ Vale postal

Nome _____
Morada _____
Localidade _____ Código Postal _____

O SARGENTO

Propriedade: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS
Redacção: Rua Pascoal de Melo, 67 - s/cv. 1100 LISBOA
Telefone: 57 09 23 - Telefax: 57 09 23
Grafismo: EJOJRAL
Fotocomposição e Montagem: TEXTAG-LDA
Impressão: RENASCENÇA GRAFICA, SA
Tiragem: 5000 ex.
Depósito Legal: 48582/91
Registo na DGCS 115109

MUSEU DA MARINHA

É olhando o Passado
que se constrói a História de um Povo

Lembre e conte aos seus Filhos a nossa História

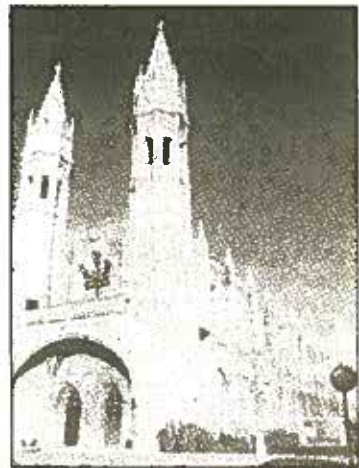
A Epopeia dos Descobrimentos está patente
no MUSEU DA MARINHA

Encerrado
às Segundas-Feiras
e Feriados

Aberto
nos outros dias
incluindo Domingos
das 10H00 às 17H00

ENTRADA GRÁTIS
ÀS QUARTAS-FEIRAS

Praça do Império
BELÉM



PUBLICIDADE GRATUITA

CONSELHOS DAS ARMAS E SERVIÇOS DO EXÉRCITO

Geram democracia e esperança

Do que nos propomos aqui falar é dos nossos **CONSELHOS DAS A/S**, por serem geradores de «tanta democracia» e «tanta esperança». Sim, tanta democracia, porque é barata e não distingue ninguém... Não há eleitos versus eleitores, somos todos uma e a outra coisa ao mesmo tempo. É simples, gratuita e de muito bons resultados! Não é preciso formar listas, pelos inconvenientes que isso tem para o sistema. Assim se conclui que não aparecem de um lado as listas dos ricos, com as suas fabulosas ofertas aos potenciais candidatos, e do outro as dos deserdados da sorte ou dos sobrantes que não conseguiram entrar naquelas. Não há portanto luta de interesses, geradora de tantos males e desilusões para os **SARGENTOS** em geral. Cada um vota em perfeita consciência em quem quer e ninguém se vê rejeitado no boletim de voto.

Evitam-se, deste modo, os mal-entendidos na formação das listas e os bafejados pela sorte. Não se notam os sobredotados entre os subdotados e mal-amados... Não há grito de vitória nem demagogia nas palavras, porque todos somos iguais. Para os finalmente escolhidos, começa uma era de bem servir os camaradas, se os deixarem, e o único espírito é o de **MISSÃO**. Lá dentro não há disciplina de voto nem de consciência, pelo contrário, e a prová-lo está o exemplo de os **SARGENTOS** admitirem que os senhores oficiais possam e devam ter opiniões diferentes das expressas aqui e lá nos conselhos. Do lado contrário, tudo corre bem até ao dia em que, normalmente um senhor oficial próximo do senhor director da arma/serviço, venha amavelmente admoestar um sargento que ousou dizer coisas «menos verdadeiras» para a vontade e opinião dos nossos maiores.

MARUSA
(Porto)

Os **CONSELHOS DAS A/S** são também geradores de **ESPERANÇA** que, como bons portugueses, nunca morre. Esperança de ver chegada a época das eleições para corrigir as assimetrias regionais representadas nos conselheiros em fim de mandato; é a esperança de substituir um sargento de Lisboa por um do Porto, Évora ou das Ilhas; Esperança de sentir a alegria da tomada de posse como digno representante da classe que muito espera nos quartéis e estabelecimentos militares; esperança de, ao menos nesse dia, poder almoçar na mesa do director ao lado dos senhores oficiais, esperando assim poder trincar e tragar as coisas boas que aos nossos **CHEFES** são servidas; esperança de ver um calendário das reuniões recheado de bons temas e assuntos para trabalhar em prol da **CLASSE**; esperança de em breve, após a simbologia e o formalismo da primeira reunião, ser marcada uma sessão de trabalho; esperança de, esperados um mês, dois ou três, poder finalmente ser chamado ao Conselho para ouvir e dizer coisas importantes para os **SARGENTOS**; esperança de ver resultados das propostas feitas; esperança de talvez depois das férias de todos os conselheiros, poder voltar ao Conselho; esperança de que entretanto não surjam impedimentos justificados para nova marcação de mais alguma reunião; esperança de que o seu mandato seja o mais proveitoso para os **CAMARADAS**; esperança que o próximo Conselho (Director) seja melhor. Em suma, fica a **ESPERANÇA** de que tudo isto seja alterado para uma **ACÇÃO EFECTIVA E PERMANENTE**, para um **DIALOGO, OLHOS NOS OLHOS, entre OFICIAIS E SARGENTOS**.

Repressão sobre Pôr do Sol

Aqueles que mais directamente intervieram na restituição das liberdades aos portugueses — os militares — são precisamente os mesmos que hoje têm mais limitada essa tendência básica que a Constituição consagra para todos os cidadãos: a liberdade de expressão. Considerados, não obstante, os aspectos inerentes às condições específicas da Instituição Militar, e, no mínimo extemporânea a utilização de um artigo caduco — o n.º 31 da LDNFA — para reprimir os militares, como se está a verificar em relação aos sargentos que têm agido em defesa, não só dos seus direitos e regalias, como do futuro da Instituição e dos militares em geral.



A acção do dia 4 de Junho, em que os sargentos ficaram nas unidades até ao Pôr do Sol, fez desencadear uma série de medidas punitivas, ao abrigo do controverso artigo 31 da LDNFA, as quais estão agora a ser sucedidas por graves actos repressivos acessórios, absolutamente marginais àquele artigo.

Esta situação está a ocorrer no Grupo N.º 1 de Escolas da Armada onde, depois de já terem sido punidos 11 sargentos, foi elaborada uma lista de 30 sargentos para serem destacados da unidade.

Até ao momento já se deram cinco destacamentos e estão a ser preparados mais três. Correm rumores, com bastante credibilidade, de que estão na forja mais cerca de 20 destacamentos.

Por colocar em causa o normal funcionamento das diversas escolas da unidade, esta medida nunca mereceu o apoio da generalidade dos oficiais e criou-se a expectativa de que os destacamentos nunca se efectuariam, expectativa esta que agora se viu contrariada.

Informações semestrais

Não menos grave é a situação criada com as informações semestrais. O comando está a chamar os sargentos informados que prestaram declarações no

auto de averiguações levantado ao S. MOÏ Pedro, a propósito do Pôr do Sol, e está a baixar-lhes as informações dadas pelo primeiro informador, designadamente nos itens de conduta, sentido de cooperação, sentido de disciplina e conhecimento dos regulamentos.

A Comissão Permanente de Ramo da Armada, da ANS, divulgou esta situação e denunciou que «estas atitudes são punições acessórias que julgamos inconstitucionais e que, fundamentalmente, nos causam preocupação, já que tais medidas de carácter punitivo e persecutório não contribuem para a estabilidade, o bom funcionamento, a operacionalidade e o bom nome da nossa Armada.

□ Pôr do Sol

Recorde-se que a permanência dos sargentos nas unidades até ao Pôr do Sol, no dia 4 de Junho, contou com elevada adesão, nomeadamente na Armada, onde a participação atingiu os 80%.

As razões que fundamentaram esta acção prendem-se com os escalões e as carreiras, mas também com a ausência de diálogo com os sargentos (e os seus representantes) e o futuro da Instituição e da classe.

Segundo desbloqueamento de escalões



O Decreto-Lei n.º 307/91, do Ministério da Defesa Nacional, publicado em 17 de Agosto, vem estabelecer as regras transitórias de progressão na carreira, dando execução à segunda fase do processo de desbloqueamento de escalões do regime remuneratório aplicável aos militares.

Pretendendo corrigir algumas distorções existentes nesta matéria, o diploma introduz alterações na grelha indiciária, eliminando escalões que, diz-se no Decreto-Lei, «eram conjuntos vazios» que apenas serviam na fase de integração, resultando, agora, portanto, «sem qualquer aplicabilidade futura». Assim sendo, em consequência resultam também alterações ao processo dos efeitos de promoção na estrutura remuneratória.

O diploma aplica-se aos militares do activo e da reserva dos Quadros Permanentes (QP) e em regime de contrato (RC), aos graduados em posto superior para o desempenho de funções, aos militares do QP que no quadro de origem tenham posto superior ao de ingresso em novo quadro salarial, aos que sejam graduados no posto a que já tenham ascendido em regime de contrato e aos que se encontrem em postos em extinção.

Aos aspirantes, oficiais e cadetes, aos alunos das escolas de formação de sargentos e praças destinados aos quadros permanentes também se aplica o disposto no diploma.

Com este decreto ficam desbloqueados, desde 1 de Janeiro de 1991, mais dois escalões, os subsequentes aos desbloqueamentos pelo Decreto-Lei 408/90, de 31 de Dezembro.

O desbloqueamento é feito tendo em referência o escalão de integração e em conjugação com os anteriormente desbloqueados.

São as seguintes as regras de progressão:

a) Progride um escalão o militar que possua três ou

mais anos de permanência no posto e menos de oito.

b) Progride dois o militar que possua oito ou mais anos de permanência no posto e menos de 11.

c) Progride três o militar que possua 11 ou mais anos de permanência no posto e menos de 14.

d) Progride quatro escalões o militar que possua 14 ou mais anos de permanência no posto.

Não é contável o tempo em que o militar se encontra fora da efectividade de serviço.

O desbloqueamento em caso algum consubstancia uma progressão superior a dois escalões. A progressão tem como limite o último escalão do posto respectivo.

Compete aos ramos elaborar e publicar as listas dos militares que em 31 de Dezembro de 1990 e nos meses subsequentes satisfaçam os requisitos necessários à integração nos escalões desbloqueados.

As promoções processam-se, na estrutura remuneratória, para o escalão 1 do posto a que se é promovido.

Se o militar já vier auferindo remuneração igual ou superior à que lhe compete tem direito ao abono de um diferencial que lhe garanta um impluso de cinco pontos em função do índice de referência.

O diferencial evoluirá nas promoções e ou promoções subsequentes, sendo que é devido sempre um impulso de cinco pontos por cada uma delas, até à sua total absorção.

Este diferencial é considerado no cálculo dos subsídios de férias e de Natal e conta também para efeitos do cálculo da pensão de reforma.

A fim de regular as suas situações e até à entrada em vigor do presente Decreto-Lei, são posicionados nos escalões 1 do posto a que ascenderam, todos os militares promovidos após 1 de Outubro de 1989.

A estes militares é garantido o abono do diferencial correspondente ao excesso que se verificar entre o índice do escalão detido e o escalão em que são posicionados. O diferencial será absorvido e considerado igualmente nas mesmas condições anteriormente definidas.

NOVA ESTRUTURA INDICIÁRIA

As alterações na estrutura indiciária para os militares do Quadro Permanente entram em vigor em 1 de Janeiro de 1992. Produz efeito na mesma data, mas só após o terceiro e último desbloqueamento de escalões, substituindo, portanto, a escala indiciária (anexo 1) do DL 57/90 de 14 de Fevereiro.

Na nova escala indiciária, são posicionados no escalão mais próximo do mesmo posto e mantêm o direito ao abono de um diferencial correspondente ao excesso, todos os militares que já tenham progredido para escalões eliminados.

A todos os militares que já tenham progredido para escalões que, na nova

Escala indiciária dos militares do quadro permanente das Forças Armadas

Postos	Escalões e índices						
	1	2	3	4	5	6	7
Vice-almirante/general	605	630	665	0	0	0	0
Contra-almirante/brigadeiro	530	550	575	600	0	0	0
Capitão-de-mar-e-guerra/coronel	430	450	480	510	0	0	0
Capitão-de-fragata/tenente-coronel	375	385	395	410	425	0	0
Capitão-tenente/major	340	345	355	370	0	0	0
Primeiro-tenente/capitão	270	285	300	315	335	0	0
Segundo-tenente/tenente	225	235	245	255	265	0	0
Guarda-marinha/subtenente/alferezes	195	205	215	0	0	0	0
Sargento-mor	270	285	300	0	0	0	0
Sargento-chefe	245	250	260	265	0	0	0
Sargento-ajudante	210	220	230	235	240	0	0
Primeiro-sargento	165	170	175	185	195	205	6
Segundo-sargento	145	150	160	0	0	0	0
Cabo da Armada/cabo de secção	140	145	155	165	175	185	0
Primeiro-marinheiro/cabo-adjunto	100	105	110	120	130	140	0

A transição para esta nova estrutura indiciária é feita para o mesmo posto e com as regras seguintes:

a) Para escalões a que corresponde o mesmo índice da escala anterior a que o militar tenha ascendido;

b) Para o escalão de índice imediatamente superior, se não existir índice de correspondência directa ao escalão em que o militar se situava na escala anterior.

Aos militares que transitam de acordo com a alínea a) será contado, para efeitos de progressão, todo o tempo que tenham no escalão da escala indiciária anterior.

Os abrangidos pela alínea b) iniciam a contagem de tempo de permanência no novo escalão a partir da data da transição, desde que esta seja, em valor, igual ou superior aos efeitos de uma progressão na escala indiciária anterior.

escala indiciária, sofrem redução no valor do respectivo índice, é garantido o direito ao abono de um diferencial correspondente ao excesso.

Num e noutro caso o diferencial é absorvido e considerado no cálculo dos subsídios de férias, de Natal e de pensão de reforma.

A PROGRESSÃO

Após a transição para a nova escala indiciária, a mudança de escalões é feita de acordo com os tempos de permanência no escalão imediatamente anterior durante:

a) Dois anos, no primeiro escalão;

b) Três anos nos restantes.

É revogado o n.º 1 do art.º 14.º do DL n.º 57/90 (Processamento na escala indiciária de promoção do militar ao posto imediato).

MILITARES NA REFORMA

A base de cálculo pensões de reforma militares abrangidos pelo calendário de trar que se referem os 1 2 do art.º 11.º do DL A/90, de 24 de .

As muitas queixas,
individuais e colectivamente,
apresentadas pelos sargentos,
abrem a formulação a muitos dos artigos
deste Decreto-Lei corrector.

A segunda fase de
desbloqueamento dos escalões
vem esclarecer-nos a todos
que, afinal, os sargentos têm vindo
a percorrer o bom caminho
na defesa dos seus direitos e garantias.

Infelizmente,
esta tarefa consciente só coube,
nas Forças Armadas, aos sargentos.
Um esforço continuado deve prosseguir,
lúcido e de esperança,
pelos nossos direitos,
pela melhoria da nossa vida.

DESBLOQUEÁMOS A RAZÃO

Infelizmente, em matéria de direitos humanos, existem ainda as mais estranhas solidariedades.

Poucas vezes se terá conseguido, em questões de «vencimentos», esse desiderato de rectidão, da solidariedade pelos direitos individuais.

A «consciência» que desde os últimos tempos vem tentando esforços para a melhoria da sua retribuição remuneratória não tem carecido de uma teorização séria e acessível à maior parte das pessoas que se ocupam dos problemas de ordem económica e social.

Infelizmente, esta tarefa consciente só coube, ainda, nas Forças Armadas, aos sargentos. O realismo das suas propostas e sugestões, se por um lado têm constituído uma forte recomendação às instituições democráticas, hierárquicas e órgãos de soberania, ainda não têm tido, por outro lado, a aceitação do governo que a qualidade subjacente aos seus pareceres merece.

Mas há que reconhecer que a intolerância e mesmo o desrespeito pela dignidade da pessoa humana que

é o sargento (evidenciada nas «punições» últimas), depois de lido o Decreto-Lei n.º 307/91 de 17 de Agosto (segunda fase do processo de desbloqueamento de escalões), vem esclarecer todos nós que afinal os sargentos têm vindo a percorrer um caminho, num esforço pedagógico que incute nos outros o respeito pela dignidade humana, de defesa dos seus direitos e garantias, donde, da força também moral das suas opiniões e acções, deriva a sua apreciável credibilidade.

As suas muitas queixas, individuais e colectivas, apresentadas conscientemente, que abriram a formulação de muitos dos artigos deste Decreto-Lei corrector, são uma das razões dos sargentos de que, para eles, existem fundamentais diferenças entre o «passivo» e o activo.

Se foram vítimas de punição formal, só o foram porque a máquina ainda está pesada e lenta, com uma dinâmica arrastada, servida por frustrações delegadas que ainda se encontram cá, sem motivações humanistas. «Flibustices que o rei estrangeiro já nem aplaude».

Para quê, afinal, a punição se, a seguir, por decreto, se reconhece a razão e a clarividência?

Sabemos, por demais, que as limitações dos direitos surgem como os mais variados pretextos, que podem ser os «princípios da ordem e da autoridade, do respeito pelas instituições», etc, etc...

O fascínio que o poder exerce sobre quem o detém leva a que cada vez seja mais necessário conhecermos os limites para além dos quais um país deixa de ser um Estado de Direito.

Sejamos, pois, realistas. A ética social ainda é, portanto, muito mais desejada do que enraizada. Assim sendo, aos sargentos não convém de modo nenhum o silêncio. Nem ele se pode justificar numa altura em que se deplora e condena o aniquilamento de direitos.

Um esforço continuado deve prosseguir, lúcido e de esperança, pelos nossos direitos, pela melhoria da nossa vida. Esta é uma luta que o homem, por natureza, se deve entregar conscientemente e ininteruptamente.

RECLAMAÇÃO E RECURSO HIERÁRQUICO

Da integração cabe reclamação e recurso hierárquico, nos termos estatutários em vigor (art.º 11.º do DL).

DIREITOS ADQUIRIDOS

Na aplicação deste Decreto-Lei não poderá resultar diminuição da remuneração efectivamente auferida.

integra o escalão de remuneração do respectivo posto a que havia direito, de acordo com os módulos de tempo previstos no n.º 2 do art.º 15.º do DL n.º 57/90, de 14 de Fevereiro (dois anos no primeiro escalão; três anos nos restantes), determinando a partir do escalão de integração, em função do tempo de permanência no posto, caso não se verificasse o condicionamento da progressão.

Relatório da FAP sobre queda de T-37

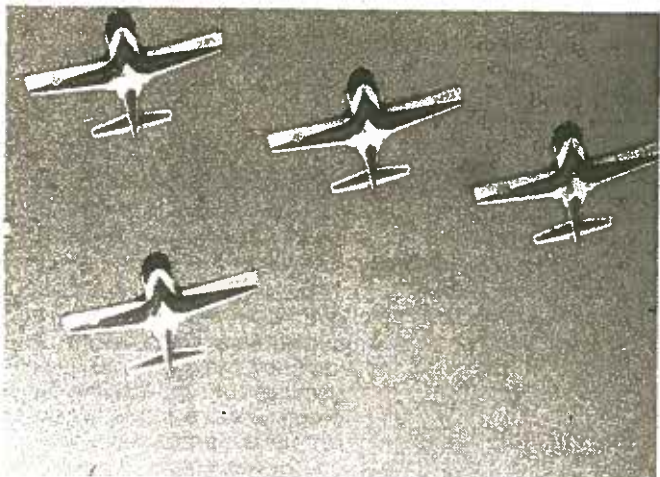
Em resposta a perguntas efectuadas por «O Sargento» à Força Aérea Portuguesa a propósito da queda do avião T-37 que vitimou o respectivo piloto, capitão Costa, e originou o cancelamento dos voos dos «Asas de Portugal», recebemos do Serviço de Imprensa da FAP o comunicado que aqui transcrevemos na íntegra:

«A propósito de comentários que alguns órgãos de Comunicação Social teceram sobre a suspensão temporária da actividade operacional dos Aviões T-37 da FAP, julga-se útil esclarecer que, ainda na sequência da investigação do acidente ocorrido no passado mês de Dezembro, foram detectadas áreas de corrosão em superfícies internas das asas de algumas aeronaves, o que recomendou a paragem dos voos da frota T-37.

Esta corrosão pertence a uma «família» de anomalias em nada relacionada

Esquadrilha Asas de Portugal.

É útil começar por afirmar que a natureza da investigação de acidentes aeronáuticos, dada a sua intenção de detectar causas que permitam, no futuro, evitar ocorrências semelhantes, obviamente impõe a sua confidencialidade. A quebra do sigilo de factos fundamentais do processo pode impedir a «abertura» de testemunhas de acidentes futuros e contribuir para novos desastres. O segredo de «confessionário» deve ser mantido e explorado só nas vertentes que levam



com a verificada em Dezembro, e encontra-se em estudo a extensão das medidas correctivas, a fim de se avaliar a viabilidade económica e técnica destes aviões poderem continuar a ser operados pela Força Aérea.

Aproveita-se a ocasião para levar ao conhecimento público alguma informação referente às investigações já efectuadas sobre o acidente do passado 9 de Dezembro que obrigou à paragem imediata da

ao aumento da segurança de voo.

Dentro deste princípio, é no entanto possível, desde já, tornar público que foi já elaborado um Relatório de Progresso onde são descritos os aspectos cronológicos e técnicos que originaram o acidente, apresentadas várias testemunhas e aventadas hipóteses explicativas, as quais não são, de modo nenhum, definitivas. As conclusões finais do Relatório Definitivo podem vir a apontar cami-

nhos diferentes e causas diversas das hipóteses ainda em estudo.

Contudo, alguns factos se podem admitir desde já como provados:

a. Em 1971, a então Direcção do Serviço de Material da FA ordenou que fosse incluída nos registos históricos da frota T-37 a obrigatoriedade de serem inspeccionadas as longarinas das asas a partir das 3.000 horas de voo. Por razões impossíveis de pesquisar, passados que são 20 anos, esta ordem não foi cumprida. Aqui se iniciou a cadeia de acontecimentos que levou ao acidente de Dezembro de 1990.

b. A ordem técnica (T.O.) de 1982, (emenda de 1987), emanada pela USAF, é omissa quanto à necessidade de substituição de partes importantes da estrutura da asa (bancos).

A partir deste momento, o acidente estava no horizonte. Na realidade, a FAP não tem dimensão para fazer doutrina e estabelecer parâmetros de inspecção. Temos que nos reger por procedimentos e recomendações quer do fabricante, quer do principal utilizador, que é a autoridade aeronáutica de referência.

c. Um acidente semelhante ocorreu na Coreia do Sul em 1987 não foi explorado convenientemente. O método utilizado na difusão deste acidente não foi o mais adequado à gravidade do assunto e, deste modo, passou despercebido à FA. Posteriormente, outras directivas técnicas de capital importância que poderiam ter levado à quebra da cadeia de acontecimentos que culminou no acidente não foram comunicadas à FAP com a ênfase necessária, pelo que a manutenção se continuou a reger pelas publicações em vigor.

d. Só posteriormente ao acidente de Sintra, o Technical Coordination Group emitiu um aviso de perigo (WARNING) mandando substituir as peças cuja fractura conduziu à ocorrência.

Em conclusão, e tanto quanto é possível dizer-se ao momento, existiu uma sequência de acontecimentos que apareceram e se desenvolveram ao longo de 20 anos e cujo acumular originou o acidente. O Relatório Definitivo poderá vir a indicar que a Força Aérea não está totalmente isenta de falhas, mas tudo aponta para que, nos últimos anos, todas as especificações conhecidas foram cumpridas, quer a nível da Direcção de Mecânica Aeronáutica, quer a nível das Oficinas Gerais de Material Aeronáutico.»

Fundo da Administração Central da Marinha

Não é bem visto que a constituição do Fundo da Administração Central da Marinha consagre que as receitas dirigidas ao pessoal da Marinha e respectivos agregados familiares constituam um Fundo que pode ser aplicado no apetrechamento de unidades e serviços.

As receitas provenientes de actividades externas à administração das unidades e organismos da Marinha que não resultem directamente do exercício das suas funções e dirigidas aos seus pessoal ou respectivos agregados familiares constituirão o Fundo da Administração Central da Marinha (FACM), a aplicar através de orçamento próprio.

O Decreto-Lei n.º 212/91, de 17 de Junho, que cria este Fundo, pretende definir, em matéria de organi-

zação de orçamentos privativos da Marinha, a necessária harmonização com as suas estruturas orgânica e administrativo-financeira.

As despesas obedecerão a um plano a aprovar anualmente pelo CEMA, o qual contemplará, entre outras, as seguintes áreas:

a) Apoio às actividades científicas, culturais e desportivas e, ainda, ao aproveitamento e desenvolvimento do espírito criativo na Marinha;

b) Obras relacionadas com o bem-estar do pessoal da Marinha, bem como o apoio à promoção de serviços ao referido pessoal e respectivos agregados familiares;

c) Apetrechamento de unidades e serviços da Armada na área do alojamento, aquartelamento e bem-estar.

A gestão do fundo compete à Superintendência dos Serviços Financeiros (Dir. da Fazenda Naval),

incumbindo ao CA Central da Marinha o apoio à gestão das verbas, escrituração e prestação de contas.

A regulamentação e execução deste diploma carece de proposta do CEMA que será aprovada pelo Ministro da Defesa.

Seria bom que na feitura da regulamentação a aplicar a este Fundo fosse permitido aos Órgãos do Conselho exercerem em pleno a sua actividade, porquanto a leitura que fazemos da alínea c), acima descrita, não nos leva a aceitar bem que as receitas dirigidas ao pessoal da Marinha e aos respectivos familiares constituam um Fundo para apetrechamento de unidades e serviços da Armada.

No entanto, os órgãos de Conselho, que se destinam a apoiar as decisões do Chefe do Estado-Maior em assuntos de administração do ramo, terão uma palavra a dizer quanto a esta matéria.

Serviço de Autoridade Marítima

A situação actual e os discursos de diversas individualidades deixam transparecer a existência de uma espécie de «luta de galos» sobre quem vai deter os meios e o poder no domínio da autoridade marítima.

O problema da autoridade marítima tem vindo a ganhar espaço e interesse, fundamentalmente devido à integração plena na Comunidade Europeia que implica a queda das fronteiras terrestres e o consequente potenciamento das fronteiras Aérea e Marítima.

Trata-se de um delicado problema e para o qual existem muitas visões.

A situação actual e os discursos de diversas individualidades deixa transparecer a existência de uma

espécie de «luta de galos» sobre quem vai deter os meios e o poder neste domínio.

A Guarda Fiscal afirma estar a reequipar-se e não perde a oportunidade de «pisar o olho» às lanchas rápidas participadas pela CEE.

A Marinha, pelo seu lado, «puxa dos galões» da experiência, técnicos e história.

Entretanto, a Guarda Fiscal foi ocupando posições que antes cabiam à Direcção-Geral das Alfândegas e há cruzamento e sobreposição de missões entre a Guarda Fiscal e a área militarizada da Marinha — Polícia Marítima. Aliás, há mesmo aspectos que foram retirados à incumbência da Polícia Marítima.

No meio deste complexo quadro há quem introduza

mais um factor de instabilidade: o da GNR, considerando que, no futuro, a GNR poderá ver alterado o seu papel, passando a ter também, por fusão com a Guarda Fiscal ou não, um papel a desempenhar na área do serviço de autoridade marítima.

Neste quadro incerto, tanto o pessoal da Guarda Fiscal como o da Direcção-Geral das Alfândegas e da Polícia Marítima, encaram com cada vez maior apreensão o seu futuro. É legítimo que assim seja.

Aliás, este é um problema que interessa a todos porque são a soberania e os interesses nacionais que estão em causa. Mas sobre ele pouco tem sido dito por quem de direito e esse silêncio cria instabilidade.

Cidadãs na Força Aérea

Com excepção do serviço militar decorrente de mobilização ou convocação, as cidadãs podem candidatar-se voluntariamente à prestação de serviço militar na Força Aérea por se considerar que estão asseguradas as condições que permitem, desde já, o seu recrutamento e formação.

Aplicam-se as mesmas normas estatutárias tanto ao pessoal militar masculino como feminino, salvaguardando-se o regime jurídico da função social da maternidade.

As candidatas a oficiais terão à sua disposição, entre outras, as especialidades de pilotos (PIL) e de navegadores (NAV).

Para as sargentas ainda não há acesso a estas especialidades, podendo, no entanto, candidatar-se, em condições de igualdade com o sexo masculino, às seguintes especialidades:



Operadores de Comunicações (OLCOM), de Meteorologia (OPMET), de circulação aérea e radarista de tráfego (OPCART), radarista de detecção (OPDET), de informática (OPINF) e de sistemas de assistência e socorro (OPASAS); mecânico de material aéreo (MMA), de material terrestre (MMT), de electricidade (MELEC), de electrónica (MELECA), de electricidade e instrumentos de avião (MELIAV) e armamento e equipamento (MARME); abastecimentos (ABAST); construção e manutenção de infra-estruturas (CMI); serviços de saúde (SS); polícia aérea (PA); secretariado e apoio de serviços (SAS); e músicos (MUS).

O recrutamento e selecção efectuam-se em conformidade com as disposições já vigentes na Força Aérea para o pessoal masculino.

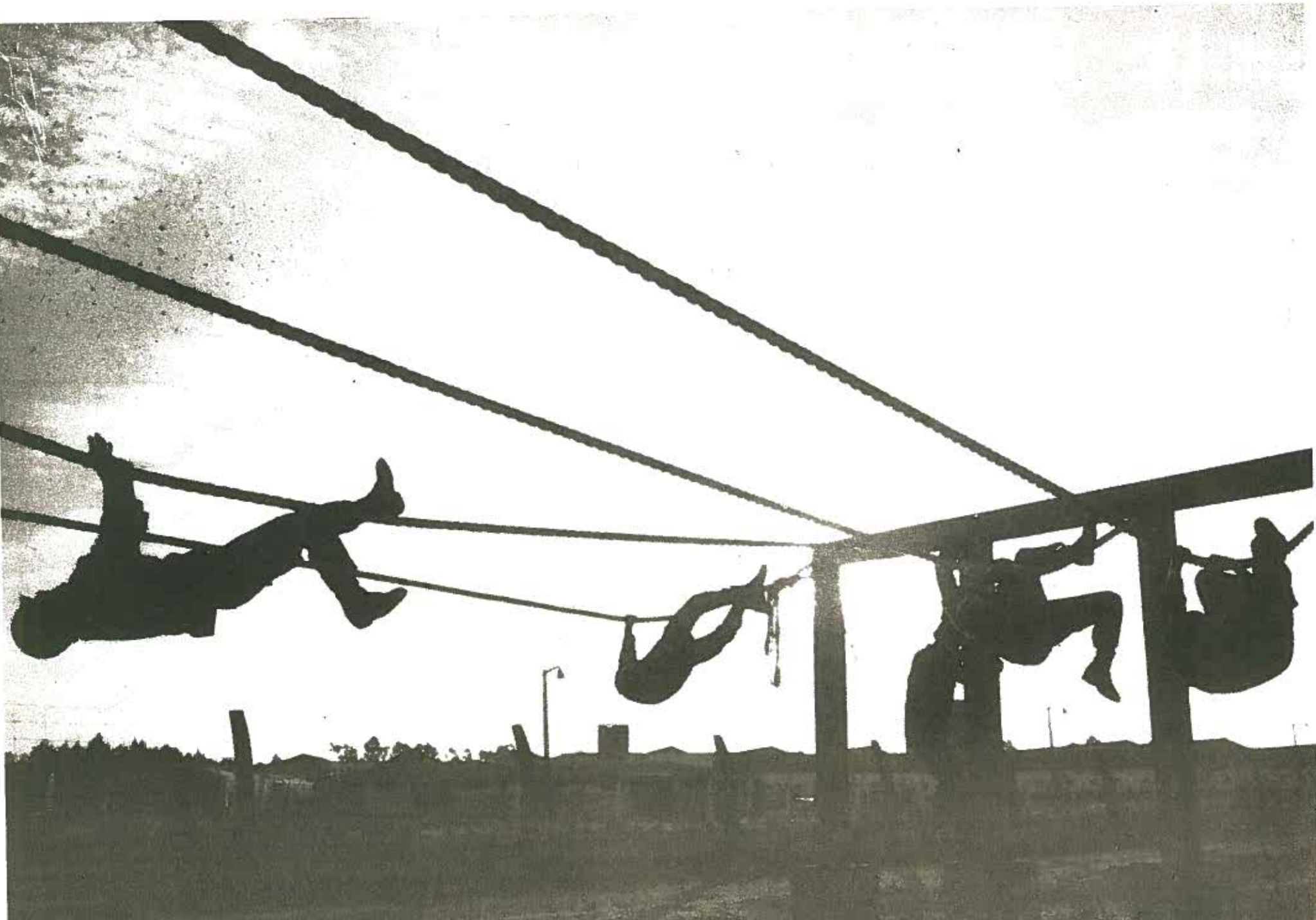
Prestação de serviço efectivo no Exército

O efectivo global de pessoal militar em serviço efectivo normal, em regime de voluntariado e em regime de contrato, para 1992 foi fixado pela Portaria n.º 836/91.

O Ministro da Defesa Nacional fixou em 1278 oficiais, 1885 sargentos e 21.600 praças o número de militares prontos da instrução, destinados ao serviço efectivo no Exército, além

dos quadros permanentes.

Nestes quantitativos incluem-se, no máximo, 738 oficiais, 865 sargentos e 3800 praças destinadas ao regime de voluntariado e ao regime de contrato.



A fusão de Comandos e Pára-Quedistas julga-se uma opção pacífica. Mas a pressa manifestada para a sua implementação pode vir a provocar perturbações graves.

PÁRA/COMANDOS Fusão ou confusão

O Ministro da Defesa Nacional anunciou a fusão dos Pára-Quedistas e dos Comandos. Basicamente, pode dizer-se que há duas formas de tratar esta problema:

Uma terá em conta, para além dos aspectos técnico-

-militares, os direitos e regalias, estabilidade dos envolvidos, quadro e carreiras, etc.

Outra é a de implementar primeiro a decisão e depois, emergindo os problemas, procurar ir limando as arestas (foi esta segunda

forma que presidiu à implementação dos escalões com o resultado que se conhece).

Até hoje, julga-se pacífica a opção fusão do ponto de vista técnico-militar. Nem as declarações do CEMPA, general Concei-

ção Silva, puseram em causa a opção.

A fusão perspectivada é complexa e a pressa manifestada para a sua implementação pode vir a provocar perturbações graves.

Por outro lado, subjacente à fusão está a concep-

ção de força rápida de intervenção, não só numa perspectiva de defesa nacional, mas de integração em forças multinacionais.

É sobre esta vertente de intervenção externa que importa que haja uma reflexão.

QUE FAP?

A saída dos Páras da FAP, as novas fragatas com helis e a perspectiva de constituição do grupo de aviação do exército coloca com legítima preocupação de se saber qual o futuro da FAP (?).

Sistema de Forças sem Conceito Estratégico

O Conselho Superior de Defesa Nacional aprovou o novo Sistema de Forças, em Julho.

Gostaríamos de poder dizer: muito bem, isto está a mudar.

Mas não o fazemos, porque não podemos.



Já anteriormente salientámos o facto de estar a ser produzida legislação e alterações sem que o Conceito Estratégico de Defesa Nacional tivesse sido alterado. A raiz do problema mantém-se.

O novo Sistema de Forças obedece a que Conceito Estratégico? Ninguém sabe.

Estamos a assistir, não só a uma violação das regras do jogo, na medida em que cabe à Assembleia

da República a aprovação do Conceito Estratégico da Defesa Nacional (CEDN) e seria em função disso que tudo o resto apareceria. É também uma viciação do jogo, na medida em que quando a Assembleia da República discutir e aprovar o CEDN tem, necessariamente, que ter em conta que existe um conjunto de legislação a condicioná-la.

É este é o objectivo? Condicionar o futuro do CEDN?

Sobre a disciplina Militar e o Homem

No preâmbulo do Regulamento da Disciplina Militar, o entendimento do legislador sobre disciplina é o seguinte: «A disciplina Militar (...) é o laço moral que liga entre si os diversos graus de hierarquia militar».

Por aqui se conclui sobre o papel do Homem enquanto sujeito da disciplina.

O Preâmbulo esclarece ainda a existência da consciência de que:

a) O dinamismo e a evolução das sociedades implica atitude idêntica na legislação.

b) A interacção da sociedade civil na instituição militar e vice-versa.

O Homem integrado na sociedade não é imune à sua evolução, transfigurações, etc. Tal facto é ainda mais marcante nas FFAA portuguesas, tanto por acontecimentos da nossa História recente como por ter tido, desde muitos anos, uma base organizacional assente no Serviço Militar Obrigatório e porque, ao contrário do que sucede noutros países, nunca terem sido criados complexos militares, onde o militar sai de casa (situação no perímetro militar) para serviço e vice-versa, vivendo em maiores condições de isolamento.

Entre nós, tem havido um saudável intercâmbio e cooperação entre militares e civis, entre o exército e as populações.

Conhecedor desta problemática, diz o legislador: «o RDM que agora se substitui (...) carecia de adaptação aos princípios informadores da nova sociedade portuguesa, traduzidas na Constituição da República».

Chegados aqui somos confrontados com dois aspectos:

1) A dialéctica dos conceitos de disciplina numa sociedade em mudança e o seu consequente aperfeiçoamento;

2) O ajuste entre as exigências disciplinares e operacionais da instituição militar sobre o Homem e a base material e espiritual oferecida ao mesmo para com êxito fazer face à vida e às ditas exigências.

É o desajuste existente que está no cerne e justifica os movimentos verificados nos últimos anos, com

particular intensidade no passado mês de Junho, na classe.

O DEVER E O HAVER

É que, no dizer do legislador da disciplina militar, «ela obtém-se pela convicção da missão a cumprir e mantém-se pelo prestígio que nasce dos princípios de justiça empregados, no respeito pelos direitos de todos, do cumprimento exacto dos deveres, do saber, da correcção de proceder e da estima recíproca». Mas contraditoriamente, nos últimos anos as leis reguladoras dos direitos, carreiras, remunerações, etc. têm vindo a degradar a dignificação dos militares.

Diz o legislador do RDM que «a nenhuma comunidade se exige tanto dos seus componentes como à militar; sacrifício da própria vida e, mais que simples risco de serviço, um dever de soldado (...)». De tão elevadas exigências esperava-se um reconhecimento motivador para o cidadão militar assumir a disciplina como «... um estado de espírito, baseado no civismo e patriotismo, que conduz voluntariamente ao cumprimento individual ou em grupo da missão que cabe às FA's».

Ora, tem-se verificado o oposto.

Certa classe política procura, com fins menos claros, dar das FA's uma imagem de peso-morto impeditivo do progresso. Servem-se das FA's como bode expiatório para a sua incapacidade em resolver.

Tem vindo a ser cavado um fosso entre as bases materiais e morais à disposição do cidadão militar para que a disciplina seja aceite e praticada de forma consciente. Um exemplo concreto:

Os sargentos do NFP Vasco da Gama, mais conhecida pela Meko, colocados na mais moderna unidade e arma de guerra do nosso país, em vez de estarem orgulhosos e motivados, estão de tal modo insatisfeitos que pediram para lhes ser dada como finda a comissão a bordo, havendo já idêntica motiva-

A disciplina militar «obtem-se pela convicção da missão a cumprir e mantém-se pelo prestígio que nasce dos princípios de justiça empregados, no respeito pelos direitos de todos, do cumprimento exacto dos deveres, do saber, da correcção de proceder e da estima recíproca».

Mas, contraditoriamente, nos últimos anos as leis reguladoras dos direitos, carreiras, remuneração, etc., têm vindo a degradar a dignificação dos militares.

ção nas guarnições das outras duas Meko. E qual o motivo?

As condições de habitabilidade são do nível dos navios do pós-imediato da 2.ª Guerra Mundial, de inferior qualidade em espaço «per capita» e instalações sanitárias do que as existentes nas corvetas adquiridas no início da década de 70.

As exigências profissionais são superiores, inerentes ao elevado nível tecnológico.

O regime de trabalho e serviços de escala, a navegar e atracados, é intenso devido ao reduzido número de homens para uma muito maior capacidade e exigência operacionais.

Em resumo:

- Menos pessoal e maior qualificação;
- Más condições de habitabilidade e vivência;
- Maiores exigências profissionais;
- Intensificação do ritmo de trabalho;

Onde estão as condições materiais, sociais e espirituais para que o cidadão militar tenha motivação para o desempenho das missões e com consciência aceite a disciplina?

É inevitável que a classe reclame justiça, dignidade e diálogo.

Aqui surgem as penas disciplinares em conceitos administrativos e repressivos.

E somos chegados à questão do relacionamento disciplinar entre militares.

Verifica-se que não existem condições materiais,

profissionais e psicológicas para os militares estarem motivados.

Verifica-se que os pedidos de diálogo não são atendidos.

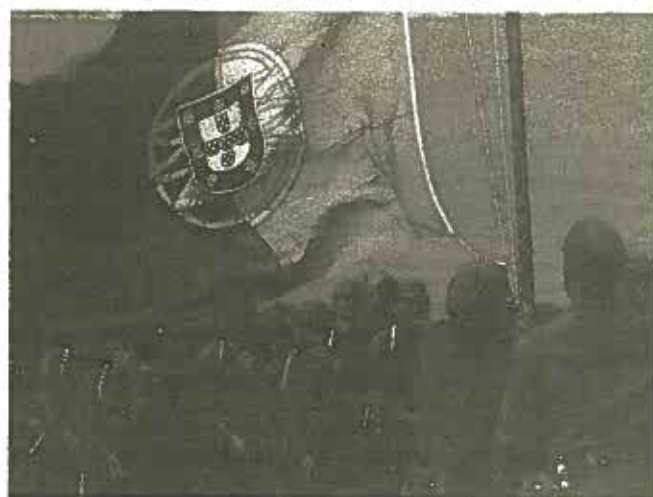
A classe continua a pugnar pela defesa dos seus interesses. Os militares estão confrontados com um conjunto de restrições - que os outros cidadãos não têm - na condição de, pela sua importância, estarem sempre salvaguardadas as condições materiais, profissionais e psicológicas, o que não acontece.

Perante esta situação, a classe tem norteado a sua postura com base em dois critérios:

1 - Defesa da unidade e dignidade.

2 - Preservar as bases da disciplina, defender a ética e a estabilidade das FA's.

Mas, não obstante o estipulado no n.º 2 do art.º 2.º do RDM, «os chfes, principalmente, e em geral todos os superiores, não devem esquecer, em caso nenhum, que a atenção dos seus subordinados está sempre fixa sobre os seus actos e que, por isso, a sua competência, a sua conduta irrepreensível, firme mas humana, utilizando e incentivando o diálogo e o esclarecimento, sempre que conveniente e possível, são meios seguros de manter a disciplina. Serão responsáveis pelas infracções praticadas pelos subordinados ou inferiores, quando essas infracções tenham origem em deficiência acção de comando».



Mas, ao contrário do estipulado, o que se constata é que, a começar no Minis-

tro da Defesa Nacional, o diálogo não é efectuado.

Urge proceder a alterações legislativas que retirem os subjectivismos do art.º 31 e alarguem os direitos dos militares.

Urge rever o RDM e objectivá-lo.

Somos adeptos de que há que institucionalizar mecanismos de diálogo e definir obrigatoriamente.

Somos adeptos de que importa discutir, sem complexos e pressas, o quadro de competências dos tribunaux militares.

A moral e a consciência reunidas constituem a melhor arma de que qualquer exército pode dispor.

É importante dialogar para salvaguardar a disciplina.

Participa

O problema dos direitos dos militares é um tema vasto e de importância. Porque assim é, gostaríamos que outros também escrevessem sobre este assunto, de modo a que, com o contributo de diferentes pontos de vista, melhoremos o nosso conhecimento colectivo.